



II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017

A APREENSÃO DA TEMÁTICA DA DEMOCRACIA PELO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS

ORTIZ, Fátima Grave

Resumo

O trabalho apresenta os resultados parciais de pesquisa bibliográfica e documental realizadas no âmbito do projeto de pesquisa da autora e possui como objetivos centrais apresentar o atual projeto de formação profissional proposto aos assistentes sociais brasileiros e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que lhe sustentam; assim como, identificar como o tema da democracia está contido neste projeto de formação e nas Diretrizes Curriculares. Ressalta-se também a relevância do tema da democracia para os assistentes sociais brasileiros.

Palavras-chave: democracia; formação profissional; diretrizes curriculares; ABEPSS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é produto da pesquisa em andamento e possui dois objetivos centrais, sendo o primeiro apresentar o atual projeto de formação profissional proposto aos assistentes sociais brasileiros e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que lhe sustentam. O segundo é identificar como o tema da democracia está contido neste projeto de formação e nas Diretrizes Curriculares.

Neste sentido, a relevância deste trabalho se justifica porque a análise crítica dos fundamentos do Serviço Social revela determinada direção social e política relativa ao exercício profissional em si condizente com o projeto profissional hegemônico. A partir desta direção, identificamos a defesa da democracia como um dentre os princípios a serem seguidos pelos assistentes sociais.

É sobre a democracia que este texto se propõe a tratar, ainda que brevemente, mais especificamente sobre o modo como este tema tem sido abordado nas Diretrizes Curriculares e no projeto de formação profissional.

80 Anos de Serviço Social no Brasil

Tratar a trajetória do Serviço Social durante os últimos 80 anos no Brasil exige que em primeiro lugar tenhamos muito claro sobre qual concepção de história devemos partir. Ou seja, entendermos o Serviço Social na história e não simplesmente a “história do Serviço Social” não consiste apenas em uma diferença na redação, mas a existência de uma determinada concepção de história, aquela vinculada ao materialismo histórico e dialético.

Neste sentido, significa entender a história como um processo dialético e não como uma mera evolução progressiva dos diferentes fatos com uma finalidade predeterminada. Significa entender a história como um processo, no qual identificamos continuidades com as formações históricas passadas e ao mesmo tempo rupturas com elas.

Exige, desse modo, entender que passado e presente, embora separados pelo tempo cronológico, são faces de um mesmo todo que se entrelaçam de modo que o “novo” expressa a revolução de alguns aspectos já existentes no passado; e o “velho” já carregava consigo os germes do novo, que possibilitaram esta revolução. Significa entender que a história como processo dialético será a todo tempo atravessada pela contradição e pela possibilidade concreta da interpenetração de forças contrárias, que em um dado momento se autoimplicam formando um novo processo.

Do mesmo modo, sendo resultado do confronto entre as diversas teleologias humanas e das causalidades existentes, os processos históricos constituem-se a partir desta dialética relação, que podendo seguir em uma direção ou em outra a depender das forças dos combatentes, não está pré-determinada e qualquer análise sobre o tempo presente apenas poderá se constituir como tendência e/ou prospectiva. Assim, depreende-se daí que apesar da existência de uma teleologia no agir humano, não podemos afirmar a presença de uma teleologia na história.

Neste sentido, são os homens que a constroem a partir do modo como se relacionam com a natureza e entre si. O trabalho, portanto, categoria central da constituição da sociabilidade humana, assume centralidade também no desenvolvimento da história, considerando que o desenvolvimento desta pode ser identificado a partir do modo como os homens trabalham, dos instrumentos que utilizam, dos processos e habilidades que desenvolvem para trabalhar.

Contudo, embora sejam os homens aqueles que fazem a história, não a fazem como desejariam, pois uma vez não havendo uma teleologia na história, como afirmado linhas atrás, não poderão os homens antecipá-la efetivamente, ainda que possam realizar somente no plano ideal, análises prognósticas a seu respeito.

Assim, não podemos exatamente afirmar o que será o Serviço Social nos próximos 80 anos. Podemos com os processos identificados no presente (como por exemplo, a precarização do mundo do trabalho e as exigências e rumos que se colocam para a educação superior e para o Serviço Social) traçar possíveis tendências futuras, as quais poderão de fato ser ratificadas ou não, pois disso depende do confronto das diversas teleologias humanas postas em movimento e da capacidade e disposição destas se autoenfrentarem. Por isso, devemos ter cuidado com prospecções, sobretudo quando estas não se apresentam claramente como tendências.

Entretanto, considerando que “o todo mais desenvolvido, explica o mais simples” (Marx, 1974), podemos com as lentes do presente do “Serviço Social no século XXI”, analisarmos o que foi e tem sido o Serviço Social no Brasil: suas continuidades com as protoformas do Serviço Social e do Serviço Social clássico e tradicional (Netto, 1981), suas rupturas com estas perspectivas profissionais, sua relação com a história presente e de que modo tais processos existentes na atualidade, incidem sobre o trabalho e a formação profissional. Sendo o Serviço Social um “produto da história” (Iamamoto, 1992), pensar o Serviço Social hoje no mundo significa analisá-lo como protagonista de seu tempo e com as diversas inflexões que este “tempo” lhe tem provocado, ora reproduzindo as expectativas de um dado projeto societário hegemônico através de suas ações profissionais na direção da afirmação do ethos burguês, ora questionando este mesmo ethos e renovando-se em rota de colisão com ele.

Deste modo, o primeiro curso de Serviço Social no Brasil surgiu no Estado de São Paulo, detalhadamente demonstrado, conforme o estudo de Yazbek (apud Iamamoto; Carvalho, 1986) intitulado “Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no Período de 1936 a 1945”. Como um “produto da história” (Iamamoto, 1992), a criação deste curso e dos demais cursos que depois deste foram criados, dizem respeito as novas estratégias de enfrentamento das chamadas expressões da questão social, que desde a segunda metade do século XIX despontavam mundialmente a partir de uma série de episódios revolucionários, que colocaram a classe trabalhadora como um dos atores protagonistas destes embates, alçando, por conseguinte, a luta de classes e a questão social como “ordem do dia”.

A partir deste solo histórico, do qual Netto (1996) situa a transição do capitalismo de sua fase concorrencial para a monopólica, o Estado passou a assumir de forma regular, sistemática e estratégica o papel de “administrador das crises”, no dizer de Mandel (1985), e a partir desta atribuição, assumiu o enfrentamento de tais expressões da questão social, sem que com isso outras formas de enfrentamento tenham sido descartadas como a repressão e a filantropia. Ao contrário, tais estratégias se combinaram (e ainda se combinam) dialeticamente a depender das particularidades conjunturais e das opções políticas dos grupos hegemônicos que ascendem ao poder nos diferentes países.

No Brasil, a particular conjuntura dos anos 1930, situada no que comumente chamamos de “período varguista” (período relativo à gestão do então presidente da república Getúlio Vargas), encarnou organicamente a criação dos primeiros cursos de Serviço Social, que com clara participação dos quadros da Igreja Católica, forjou um determinado ethos para o Serviço Social brasileiro e um perfil sócio-profissional ao assistente social. Assim, combinando traços das protoformas do Serviço Social, no dizer de Netto (1996) ou do que Carvalho (Iamamoto; Carvalho, 1986, p.172) muito bem indicou em sua rigorosa análise histórica sobre o Serviço Social no Brasil, identificamos o surgimento do Serviço Social como uma profissão inscrita de modo bastante particular na divisão social e técnica do trabalho - aquela que representando a face humana do Estado e com o uso do mínimo de coerção possível atuará na esfera da reprodução material e ideológica da classe trabalhadora, com vistas ao ajustamento dos comportamentos.

A análise da historiografia do Serviço Social no Brasil, portanto, nos permite identificar que durante os oitenta anos de existência da profissão em solo brasileiro sempre houve entre nós a preocupação com uma formação profissional capaz de garantir o perfil e as habilidades necessárias para o desenvolvimento competente da intervenção (tenha sido ela em uma perspectiva considerada tradicional ou crítica), sobretudo a partir da entrada do Serviço Social no circuito universitário em plenos anos de 1960, atribuindo-lhe o status de profissão de nível superior.

Assim, observam-se durante este processo várias iniciativas de revisão curricular por parte de nossa categoria e entidades profissionais, dentre elas podemos citar a fixação do currículo mínimo em outubro de 1962 através do Parecer número 286 do então Conselho Federal de Educação, seguidos de outros processos em 1970, 1982 e 2001, sendo este último responsável pela aprovação das Diretrizes Curriculares em vigor.

O atual Projeto de Formação Profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Herdeira de processo histórico vivenciado pelo Serviço Social nos últimos anos, cujos embriões emergiram quase duas décadas antes, as Diretrizes Curriculares atualmente preconizadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) expressam o amadurecimento intelectual, acadêmico e ético-político experimentado pelo Serviço Social brasileiro a partir da “intenção de ruptura” (Netto, 1991) com o tradicionalismo profissional. Assim, podemos afirmar que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS são produto de um processo de renovação profissional que a partir dos anos de 1970, e mais ainda de 1980, deixou clara, não sem disputas internas, a opção ético-política do Serviço Social brasileiro pela crítica da sociedade burguesa, pelo reconhecimento da condição de assalariamento do assistente social e a partir disso, da necessidade histórica de defender valores emancipatórios, que tem na classe trabalhadora sua principal interessada.

Implicada às necessidades postas por parte da categoria profissional e suas entidades, e principalmente pelo conjunto valorativo expresso no Código de Ética do Assistente Social de 1993 e pelas atribuições e competências inscritas na lei de regulamentação número 8662/93, as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 sustentam-se nos aportes da Teoria Social Crítica (esta apoiada no pensamento marxiano) e indicam que a formação profissional deve considerar o Serviço Social como uma totalidade, e neste sentido, determinado historicamente e atravessado por múltiplas determinações de natureza econômica, política, cultural e ideológica. Tal concepção exige a constituição de um profissional com clara perspectiva crítica, ciente do processo histórico brasileiro e suas relações com o capitalismo mundial, das particularidades assumidas pelas classes sociais no Brasil e pelo Estado, que sem eliminar os traços arcaicos, modernizou-se no trato das expressões da “questão social”, combinando repressão com políticas sociais.

Além disso, a própria defesa do projeto ético-político profissional exige profissionais preparados do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para o enfrentamento das demandas e desafios cotidianos, sabendo fazer a crítica da realidade e autocrítica de seus valores e limitações (Guerra, 2007). Tal postura e atuação profissional necessitam de uma formação articulada ao projeto profissional que permita que

[...] o profissional, ainda que continue atuando sobre os mesmos fundamentos capitalistas expressos no cotidiano profissional e no das classes sociais, pode [possa - FSGO] compreender melhor a natureza e o significado de sua prática no contexto das relações sociais, compreensão esta que lhe permite saber quando avançar e quando

recuar. Neste sentido, a escolha compromissada dos aportes teóricos e do método como uma relação necessária e constituinte entre sujeito e objeto do conhecimento, é um passo indispensável ao profissional. (Guerra, 2007, p. 16)

Portanto, é impossível defender um determinado projeto profissional sem que se considere a formação dos profissionais que atuarão no dia-a-dia institucional a partir de seus fundamentos e valores. É, portanto, neste sentido, que o projeto de formação profissional precisa ser compreendido: ele está organicamente vinculado às determinações do projeto ético-político profissional e se expressa claramente nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Deste modo, as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS indicam um determinado perfil profissional, que deve ser pretendido pela formação:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural **generalista crítica**, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 2007, p. 227, grifo meu)

Além disso, articulado a este perfil, as Diretrizes Curriculares indicam um conjunto de competências e habilidades necessárias para a consolidação deste, bem como princípios para a formação e uma nova lógica curricular com a indicação dos núcleos de fundamentos da vida social, de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e de fundamentos do trabalho profissional e seus conteúdos curriculares (ABEPSS, 1997). Ressalta-se também que as Diretrizes inovam quanto à indicação de novas formas para a apreensão destas competências e habilidades para além da tradicional sala de aula a partir da previsão de oficinas e laboratórios e o incentivo das atividades extracurriculares e de pesquisa.

Entretanto, destaca-se aqui uma importante inovação das Diretrizes Curriculares atuais, que é a exigência que o ensino em Serviço Social tenha caráter teórico-prático. O que isso quer dizer? Quer dizer que a reflexão sobre o exercício da profissão e os processos sociais que sobre ele incidem não deve estar restrita às disciplinas genuinamente voltadas a intervenção profissional, como aquelas que tratam e acompanham o estágio, mas todas as disciplinas. Contudo, é necessário também que para isso o docente tenha clareza do sentido de tais matérias para a formação profissional (o que exige conhecer nosso projeto de formação) e no que tais conhecimentos contribuem e incidem sobre a constituição de um determinado perfil profissional que atuará futuramente em uma sociedade particular como a burguesa. Na

verdade, compartilhamos do entendimento que esta é a finalidade do conhecimento: iluminar e desvelar a complexidade do real para sobre ele intervir.

Quando, ao contrário, não temos esta perspectiva do conhecimento e do conteúdo teórico nele inscrito, tendemos a construir uma falsa aparência de que estes não servem para nada e de que a prática profissional não precisa deles, revivendo a velha e falaciosa máxima de que “na prática, a teoria é outra”. É justamente em direção contrária que as atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS indicam a formação profissional dos assistentes sociais brasileiros.

A democracia como princípio e como matéria

O atual projeto de formação profissional dos assistentes sociais brasileiros fundamenta-se nas orientações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, cujo perfil profissional foi apontado linhas acima. Este perfil está diretamente vinculado a um conjunto de princípios ético-políticos previsto no código de ética profissional de 1993. O assistente social brasileiro deve ser formado para atuar tecnicamente, sendo capaz de responder as demandas e requisições postas pelo mercado de trabalho profissional, a partir de determinados fundamentos teórico-metodológicos e conforme um conjunto de princípios ético-políticos. Dentre os onze princípios existentes no código de ética profissional em vigor, destacamos a democracia.

O tema da democracia se põe a partir de pelo menos dois conjuntos de problemas: um de caráter mais amplo que diz respeito à formação social brasileira e outro que incide diretamente sobre as conquistas do Serviço Social brasileiro nos anos 80 e 90 do século XX, no tocante a adesão da categoria profissional (ou de pelo menos parte dela) e suas entidades a determinados valores emancipatórios e seu correspondente projeto societário anticapitalista.

Quanto ao primeiro, sua importância reside no fato de que ao longo de quinhentos anos de história, poucos foram os momentos em que o Brasil viveu sob a regência da democracia. Ademais, podemos afirmar que sem contarmos as fases colonial e imperial, o Brasil viveu, pelo menos em três momentos de sua recente história, processos ditatoriais: em 1889 com a proclamação da República e a instauração dos governos provisórios e constitucional presididos respectivamente por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto; em 1937 com o Estado Novo de Vargas e em 1964 quando se instaurou a ditadura civil-militar, da qual o Brasil apenas teve condições de superar nos anos 1980. Tais processos somam-se ao recente impeachment da presidente Dilma Rousseff e a instauração de um “golpe institucional”, mascarando manobras

que as elites brasileiras historicamente empreendem quando precisam garantir seus interesses políticos e econômicos. Estes aspectos podem nos elucidar em primeira instância porque o apelo à democracia nos é tão frequente e importante.

Contudo, uma análise um pouco mais apurada, demonstra que o tema da democracia tomou parte dos debates no campo da tradição marxista na esteira da crise do chamado socialismo real e do avanço do “eurocomunismo”, animando os debates e a polêmica no campo da esquerda em torno da tese do caráter universal da democracia e da sua defesa como saída para a construção do socialismo. A referida tese incidiu fortemente nos círculos da esquerda brasileira, alcançando no final dos anos de 1970 e 1980 quadros importantes do então jovem Partido dos Trabalhadores, que contou historicamente em suas fileiras com assistentes sociais.

A partir deste debate, a defesa da democracia foi incorporada por pelo menos uma vanguarda dos assistentes sociais brasileiros ainda nos anos de 1980. Nos anos de 1990, a democracia passa de modo contundente, a expressar-se como um princípio ético-político ao lado de outros dez no Código de Ética em vigor: “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993).

Deste modo, com este princípio, espera-se que os assistentes sociais atuem de forma a garantir o acesso dos usuários aos processos e decisões institucionais, rompendo com a tutela e o assistencialismo. A formação profissional deve garantir esta competência profissional a partir da incorporação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Dentre seus princípios, as Diretrizes Curriculares indicam que os assistentes sociais brasileiros devem ser capacitados para entenderem e investigarem a “[...] formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país”. (ABESS, 1997, p.62) Tal fato nos assegura que os assistentes sociais devem ter um conhecimento maduro e profundo sobre a formação social brasileira, na qual se reconhece a temática da democracia e suas dificuldades de estabelecimento em solo brasileiro.

Deste modo, o tema da democracia pode ser localizado diretamente na interpenetração de dois núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares. São eles o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social e o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira. Tais Núcleos congregam conjunto de conhecimentos e

matérias considerados indispensáveis para a formação de um perfil profissional competente, dentre eles podemos identificar a Ciência Política e a Formação Sócio-Histórica do Brasil:

Ciência Política: a constituição da ciência política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da sociedade civil. Teoria Política Clássica. As contribuições da ciência política para a análise do Estado brasileiro. *O debate contemporâneo e as questões da democracia, cidadania, soberania, autocracia e socialismo*. A relação entre o público e o privado. (ABESS, 1997, p.69. grifo meu)

Formação sócio-histórica do Brasil: a herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a *inserção dependente no sistema capitalista mundial*. *A modernização conservadora no pós-64* e seu ocaso em fins da década de 1970. *Transição democrática e neoliberalismo*. (ABESS, 1997, p.69. grifo meu)

Tais conhecimentos devem estar assegurados em disciplinas ao longo do curso de graduação em Serviço Social no Brasil, o que garante que os assistentes sociais se aproximem do tema da democracia, reconhecendo seu potencial politicamente emancipatório, por um lado; e as dificuldades históricas nacionais para sua realização e manutenção.

Considerações finais

O texto apresentou dentro de seus limites o projeto de formação profissional dos assistentes sociais brasileiros e as Diretrizes Curriculares e como estas tratam o tema da democracia - objeto de nosso projeto de pesquisa. Considerando a relevância do tema da democracia para os brasileiros de um modo geral e para os assistentes sociais em particular, é imprescindível que a formação profissional assegure o tema, que deve ser apreendido a partir da análise crítica da formação social e histórica brasileira, como também indicam as matérias supracitadas previstas nas Diretrizes Curriculares.

Ressalta-se ainda que o presente texto se constituiu a partir de pesquisa bibliográfica e documental realizada no âmbito de projeto de pesquisa em andamento e supracitado.

Bibliografia

ABESS. Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. (1997) *Cadernos ABESS*, nº7, São Paulo: Cortez editora.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. (2007) *Revista Temporalis*, nº14, São Luis.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. (1993) *Código de Ética dos Assistentes Sociais*, Brasília.

Guerra, Y. (2007). O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº91, São Paulo: Cortez editora, 5-33.

lamamoto, M. V. (1992) *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico*. São Paulo: Cortez editora.

lamamoto, M. V.; Carvalho, R. de. (1986) *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 5ª. Edição, São Paulo: Cortez editora.

Mandel, E. (1985) *O Capitalismo Tardio*, 2ª. edição, São Paulo: Editora Nova Cultural.

Marx, K. (1974) Para a Crítica da Economia Política. IN: *Os Pensadores*. V. 35, São Paulo: Abril Cultural.

Netto, J. P. (1981) A Crítica Conservadora à Reconceptualização. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 05, São Paulo: Cortez editora.

Netto, J. P. (1991) *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64*. São Paulo: Cortez editora.

Netto, J. P. (1996) *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez editora.